

RESTABELECIMENTO DO DIÁLOGO

Direção do Sindserv SBC e secretário de Administração e Inovação realizam reunião para o restabelecimento do diálogo entre sindicato e prefeitura, voltado para encaminhamento e discussão das reivindicações da categoria

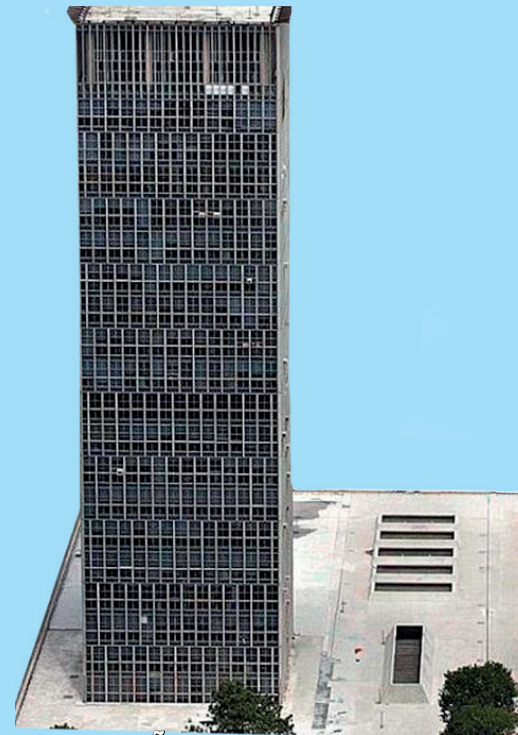
CUT BRASIL
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

CONFETAM
CONFEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES
NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL - CUT

Fetam
CUT
São Paulo

SINDSERV JORNAL #210

SÃO BERNARDO DO CAMPO | ANO XIV | 2021 | GESTÃO EXPERIÊNCIA E RENOVAÇÃO



7 PRINCIPAIS MENTIRAS

DO GOVERNO BOLSONARO SOBRE A
REFORMA ADMINISTRATIVA

PEC 32

**REFORMA ADMINISTRATIVA DO GOVERNO
BOLSONARO É PÉSSIMA PARA O SERVIDOR E
VAI SUCATEAR O SERVIÇO PÚBLICO NO PAÍS**

 **SINDSERV**

WWW.SINDSERVSBC.ORG.BR

Confira as 7 principais mentiras do desgoverno Bolsonaro sobre a reforma Administrativa

Escrito por: Redação CUT • Publicado em 28/07/2021

Para aprovar no Congresso Nacional a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32, da reforma Administrativa, mais um ataque do governo de Jair Bolsonaro (ex-PSL) à classe trabalhadora e ao povo, o presidente e ministros vêm apresentando argumentos falsos para convencer a sociedade de que a medida é urgente e necessária. Confira as principais mentiras contadas sobre essa reforma e apoie a luta pelo serviço público e de qualidade no país. A reforma Administrativa, ao contrário do que diz o governo, pode aumentar casos de corrupção, autorizar políticos a contratar um milhão de amigos e parentes e acabar com o serviço público. Mas, para enganar a população, o governo diz que a reforma vai “modernizar o estado” e “combater privilégios”. Modernização, para eles, é retirada de direitos tanto de quem usa o serviço público quanto dos servidores municipais, estaduais e federais. Já o tal combate aos privilégios é outra enganação, pois a reforma não afeta militares, magistrados, políticos e procuradores da República, os verdadeiros privilegiados do país com altíssimos salários e dezenas de benefícios. A verdade é que o governo quer transferir para a iniciativa privada o que hoje é responsabilidade do Estado. Dessa forma, empresários apoiadores ou financiadores poderão lucrar sobre as necessidades da população em áreas como saúde e educação, onde tudo pode ser pago. Ao invés de valorizar o que é público, que é para todos, o governo de Jair Bolsonaro pretende beneficiar unicamente quem já é privilegiado.

1 – REFORMA NÃO COMBATE SUPERSALÁRIOS

Quem propaganda a reforma costuma dizer que servidores públicos no Brasil ganham demais, e que é preciso combater “supersalários”. Isso é mentira. Metade dos servidores públicos do país recebem até três salários-mínimos. São professores, profissionais da saúde, assistentes sociais, policiais e bombeiros e muitos outros, que compõem mais de 60% do serviço público brasileiro. Dados do Atlas do Estado Brasileiro do IPEA mostram que a média salarial dos servidores federais, estaduais e municipais é de apenas R\$ 2.727.

2 – SUPERSALÁRIOS NÃO SÃO AFETADOS PELA REFORMA

Os “supersalários” do serviço público são uma exceção, e não a regra. E é justamente essa exceção que vai ficar de fora da reforma. São os juízes, desembargadores, promotores, procuradores, políticos e militares. Eles possuem salários mais altos, alguns recebem também outros benefícios. Mas o governo de Jair Bolsonaro resolveu não “provocá-los” com a reforma Administrativa. O Atlas do Estado Brasileiro do IPEA revelou que os mais altos salários, acima de R\$ 30 mil, são pagos a 2,56% dos servidores do Judiciário Estadual e a 1,34% do Federal. Apesar do teto de R\$ 39,2 mil, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) reconhece que a média salarial dos juízes está em R\$ 52.445 mil com os “penduricalhos” composto por diárias, indenizações, gratificações e auxílios.

3 – FÉRIAS

A reforma Administrativa vai acabar com as férias de mais de 30 dias no serviço público, dizem os defensores da PEC 32. O que eles não dizem é que políticos e magistrados (juízes, desembargadores e ministros) possuem férias superiores a 30 dias. Mas a reforma NÃO irá atingi-los neste item também. Todos os privilégios desses servidores do alto escalão foram mantidos. Professores também possuem férias mais longas, mas isso porque a profissão é considerada extremamente desgastante e extenuante. Esses sim, que já enfrentam adoecimento constante, serão prejudicados. E servidores da saúde, que operam direta e permanentemente com Raios X ou substâncias radioativas possuem direito a 40 dias (20 por semestre), por motivos óbvios. Eles também serão penalizados pela reforma.

4 – APOSENTADORIA COMPULSÓRIA

Outro ponto mentiroso propagandeado pelo governo e seus aliados é o falso combate às chamadas “aposentadorias compulsórias”, isto é, quando algum servidor comete alguma falta grave e sua punição é o afastamento definitivo das funções, mas não sua demissão. Só magistrados (juízes, desembargadores e ministros) têm direito à aposentadoria compulsória. Mas repetindo: eles NÃO serão atingidos pela reforma Administrativa.

5 – FIM DA ESTABILIDADE E QUALIDADE DOS SERVIÇOS

A reforma Administrativa (PEC 32) quer atacar a estabilidade no serviço público sob o argumento que isso traria mais dinamismo e facilitaria a demissão de servidores com “mau desempenho”. Se a reforma for aprovada pelo Congresso Nacional, o efeito da medida que consta no texto da PEC 32 será exatamente o inverso. Sem a estabilidade, o servidor será, muitas vezes, coagido para atender interesses particulares e de políticos. Por exemplo: com o fim da estabilidade, políticos corruptos poderão demitir funcionários de carreira de órgãos de investigação e colocar no lugar amigos e apadrinhados para poupá-los de acusações.

6 – CORRUPÇÃO

O governo finge que combate a corrupção, apesar das denúncias de compra superfaturada de vacinas contra a Covid-19 – feitas por um servidor público – terem escancarado os malfeitos da turma, e fala que a reforma vai combater a corrupção. Mentira. A aprovação da reforma vai facilitar, e muito, a prática de atividades ilícitas. Afinal, as principais denúncias de corrupção no setor público envolvem apadrinhados políticos que recebem cargos sem passar por concursos e possuem compromisso apenas com quem os indicou, e não com a população. Dificilmente isso acontece com servidores concursados e de carreira. E a reforma quer inverter a lógica, dando prioridade para indicações políticas, inclusive, possibilitando a ocupação de mais 100 mil cargos na esfera federal sem concurso, para funções de “liderança e assessoramento” em todo o país.

7 – SERVIDORES ATUAIS

Outro argumento enganoso é que a reforma só afetaria os futuros servidores. Se a proposta for aprovada, de imediato teríamos uma queda da qualidade dos serviços públicos porque ela atinge diretamente os servidores da ativa, que praticamente perderiam a estabilidade e desde já ficariam fragilizados diante de governantes corruptos e de chefias assediadores. Os prejuízos começariam já, com impactos duradouros na vida da população que precisa do serviço público e de qualidade.



Sindserv SBC e Administração se reúnem para o restabelecimento do diálogo entre governo e servidores públicos do município

A direção do Sindserv SBC realizou uma reunião na última semana de julho com o governo de São Bernardo do Campo. Foi o primeiro diálogo realizado com a administração. No encontro, os representantes do sindicato

foram recebidos pelo secretário de Administração e Inovação do município, Kiko Teixeira, e sua equipe. A pauta do encontro foi o restabelecimento do diálogo entre sindicato e administração, voltado para o encaminhamen-

to e discussão das reivindicações dos trabalhadores públicos de São Bernardo do Campo protocoladas junto ao governo (ofício nº37, enviado e protocolado junto à administração no dia 19 de fevereiro de 2021, com a pau-

ta da campanha salarial, e ofício nº175, enviado por e-mail ao governo no dia 22 de julho de 2021, logo após a reunião realizada com a administração, em que a pauta salarial foi novamente apresentada ao governo).



CONFERÊNCIA INTERMUNICIPAL POPULAR DE EDUCAÇÃO ACONTECE NO MÊS DE AGOSTO NO ABC

A Conferência Nacional Popular da Educação - CONAPE 2022 terá como tema "Reconstruir o País: a retomada do Estado democrático de direito e a defesa da educação pública e popular, com gestão pública, gratuita, democrática, laica, inclusiva e de qualidade social para todos/as/es". O lema é: Educação pública e popular se constrói com democracia e participação social: nenhum direito a menos e em defesa do legado de Paulo Freire. A conferência tem como objetivo mobilizar todos os setores e segmentos da educação nacional dedicados à defesa do Estado democrático de direito, da Constituição Federal de 1988,

do Plano Nacional de Educação e de um projeto de Estado que garanta educação pública de qualidade social para todas e todos, a fim de consolidar uma plataforma comum de lutas pela educação no País. O Fórum Estadual de Educação (FEESP) já mobilizou municípios para realizarem as etapas municipais, intermunicipais, tendo em vista a realização da etapa estadual da CONAPE, a CONEPE 2021.

- **Quem pode participar?** Profissionais da Educação tanto da rede pública quanto do setor privado, sindicatos, conselhos, fóruns, entidades, movimentos de educação, familiares, estudantes, etc.
- **Quando?** Nos dias 27, 28

e 29 de Agosto de 2021.

- **Quais eixos nós discutiremos?** – Eixos I, II, III, IV e V.
- EIXO I - Décadas de lutas e conquistas sociais e políticas em xeque: o golpe, a pandemia e os retrocessos na agenda brasileira.
- EIXO II - PNE, Planos decenais, SNE, políticas setoriais e direito à educação: desafios e lutas pelos direitos humanos e sociais, justiça social e inclusão, cooperação federativa e regime de colaboração, democratização (gestão, acesso e permanência), diversidade e participação popular;
- EIXO III - Educação e diversidade: justiça social, inclusão e direitos humanos.
- EIXO IV- Valorização dos pro-

fissionais da educação: formação, carreira, remuneração e condições de trabalho e saúde.

EIXO V - Gestão democrática e financiamento da educação: participação, transparência e controle social. O encontro será realizado de forma virtual e oferecerá certificado de participação para todos os participantes. Faça sua inscrição até o dia 22 de agosto pelo endereço <https://bit.ly/CONEPE2021> e vamos falar sobre a Conferência Estadual Popular de Educação 2021! Este é o momento de colocarmos a Educação como pauta prioritária, participe você também!

Em meio à crise, deputado da cidade vota a favor de fundo eleitoral de R\$ 5,7 bilhões

DEPUTADO DE SBC VOTA A FAVOR DE FUNDO ELEITORAL DE R\$ 5,7 BI

Como se não faltasse crise, desemprego, avanço da fome e falta de vacina, o trabalhador brasileiro recebeu mais um 'tapa na cara'. Em Brasília, o Congresso aprovou o texto-base da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) para 2022. Entre os destaques da lei está o novo valor do Fundo Eleitoral. Com as alterações aprovadas na Câmara e no Senado, a clas-

se política contará com R\$ 5,7 bilhões em 2022 para financiamento de campanhas políticas. E para piorar, Alex Manente, um dos deputados federais de São Bernardo do Campo e aliado de primeira linha do prefeito Orlando Morando, votou a favor do novo fundo. O projeto, agora, aguarda aprovação ou não do presidente da República, para ser válido no próximo ano.

DECISÃO

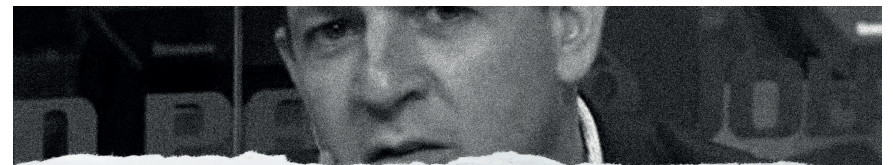
Processo nº:
Classe - Assunto: **Procedimento Comum Cível - Tratamento médico-hospitalar**
Requerente:
Requerido: **INSTITUTO MUNIC. DE ASSIST. À SAÚDE DO FUNC. DE SÃO BERNARDO DO CAMPO e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Ida Inês Del Cid

Ação judicial do Sindserv garante tratamento de associado cujo plano de convênio foi negado

Ação apresentada pelo departamento jurídico do Sindserv SBC foi acatada pela Justiça a favor de associado do sindicato que pedia tratamento não coberto pelo IMASF (Instituto Municipal de Assistência à Saúde do Funcionalismo). Por meio de uma liminar, a juíza Ida Inês Del Cid acatou o pedido do sindicato, em que é solicitada a cobertura, por parte do IMASF, no tratamento para a posterior realização de transplante cardíaco/hepático ao associado em questão, que é portador de amiloido-

se cardíaca de transtirretina, com acometimento cardíaco grave. A juíza considerou injustificável a negativa por parte do instituto ao pedido do associado pela cobertura do tratamento. "Os planos de saúde devem garantir a saúde e não a acomodação, e o fato do plano contratado ser o intermediário não muda a situação", afirma a juíza no processo. Com a liminar concedida, o IMASF terá que custear todo o tratamento médico para o servidor no INCOR ou Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia.



DIÁRIO DO GRANDE ABC

Câmara aprova projetos de Morando sem debate

Média entre protocolo e aval da base de sustentação a textos do prefeito é de 14 horas; oposição critica

Câmara aprova projetos do prefeito sem debate e servidor cobra alteração do Regimento Interno

A prefeitura tem feito da falta de transparência seu maior aliado na aprovação de projetos de lei. Matéria publicada pelo jornal Diário do Grande ABC no dia 19 de julho aponta prazo médio de apenas 14 horas entre o recebimento dos projetos na Câmara Municipal e sua aprovação. Isso quer dizer que os projetos são aprovados no mesmo dia em que chegam ao Legislativo. Isso mostra a falta de preocupação com o debate, a transparência e, sobretudo, com quem será alvo desses projetos.

Por isso, o Sindserv SBC reafirma seu posicionamento diante da categoria: sindicalize-se e faça parte da luta. Só assim vamos bater de frente com quem está de passagem no poder. **Abaixo-assinado:** há cerca de um ano criamos um abaixo-assinado para a categoria visando alterar o regimento interno da Câmara Municipal. Faça a sua parte, assine o documento e mostre a sua indignação com o prefeito e seus aliados. Acesse o abaixo-assinado pelo link <https://url.gratis/mgrQvG>.

CONFIRA TODOS OS CONVÊNIOS DO SINDSERV SBC EM NOSSO SITE: WWW.SINDSERVSBC.ORG.BR/CONVÊNIOS



CENTRO DE ENSINO
30% DE DESCONTO
a associados nas
unidades Assunção e
Baeta Neves



Na batalha das ideias
Cupom de desconto em
compras pelo site da
editora e livraria: peça seu
cupom pelo e-mail secretaria@
sindservsbc.org.br



30% DE DESCONTO
em cursos oferecidos
pela ELAHP



30% DE DESCONTO a
associados e
dependentes nos
cursos da BUSF-Brasil



Descontos e vantagens
em serviços financeiros
para servidores e
aposentados associados
ao Sindserv SBC



SOCIOLOGIA
E POLÍTICA
ESCOLA DE
HUMANIDADES

20% DE DESCONTO a
associados e depen-
dentes em Graduação,
Pós-Graduação e
Extensão



90 dias de carência
para dependentes de
associados, R\$8
mensal por pessoa



DESCONTOS em
tratamentos de odontologia,
estética, atendimento
psicológico, nutrição e
micropigmentação



Até 75% DE
DESCONTO nas
mensalidades de
Ensino Médio (1º, 2º e
3º anos)

INFORMATIVO OFICIAL DO SINDICATO DOS SERVIDORES E EMPREGADOS PÚBLICOS MUNICIPAIS E
AUTÁRQUICOS DE SÃO BERNARDO DO CAMPO | WWW.SINDSERVSBC.ORG.BR • E-MAIL:
BOLETIM@SINDSERVSBC.ORG.BR • TELEFONE/FAX: (11) 4345- 1444 • RUA CAETANO ZANELLA, 90 -
CENTRO - SÃO BERNARDO DO CAMPO - SP | PRESIDENTE: DINAILTON CERQUEIRA • DIRETORA DE
IMPrensa E COMUNICAÇÃO: LUCIANA ROCHA • IMPRESSÃO: GRÁFICA NSA